



ILHABELA – SP

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA
DE ILHABELA - SÃO PAULO - SP**

**Professor De Educação Básica – Educação
Infantil (De 1 A 5 Anos De Idade)**

EDITAL Nº 01/2024

**CÓD: OP-0750T-24
7908403564224**

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	9
2. Sinônimos e antônimos	9
3. Sentido próprio e figurado das palavras	9
4. Pontuação	10
5. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	14
6. Concordância verbal e nominal	20
7. Regência verbal e nominal	22
8. Colocação pronominal	23
9. Crase	23
10. Processo de formação das palavras	24
11. Coesão	25
12. Ortografia	26

Conhecimentos Gerais Em Educação

1. Cotidiano escolar	35
2. A prática educativa	36
3. Relação professor/aluno	37
4. Planejamento, procedimentos de ensino	38
5. Currículo e avaliação	40
6. A escola democrática	42
7. As assembleias escolares	43
8. A indisciplina na escola: o bullying escolar – o papel do professor na observação e combate da violência	45
9. Inclusão escolar	46
10. Necessidades educativas especiais	48
11. Tecnologia na educação	49
12. Educação ambiental	51
13. Estatuto da criança e do adolescente	52
14. Lei de diretrizes e bases da educação nacional	92

Bibliografia Sugerida

1. BACICH, LILIAN; NETO, ADOLFO T.; TREVISANI, FERNANDO DE MELLO (orgs.). Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015	117
2. BRAGA, A. R. Meio Ambiente e educação: uma dupla de futuro. Campinas: Mercado das Letras, 2010. (Série Cenas do cotidiano escolar)	117
3. BNCC- A Base Nacional Comum Curricular	118

4. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Artigos 53 a 59; 136 e 137	158
5. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e atualizações	158
6. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001	158
7. A escola comum inclusiva. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusiva Escolar. Brasília. Ministério da Educação Especial, 2010	161
8. Fascículo 1. Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusiva Escolar	172
9. Brasília. Ministério da Educação Especial, 2010. Fascículo 6	172
10. DOUG, LEMOV. Aula nota 10. Tradução de Leda Beck. São Paulo: Da Boa Prosa: Fundação Lemann, 2011	173
11. FANTE, C. Fenômeno Bullying: como prevenir a violência e educar para a Paz. São Paulo: Verus, 2005	173
12. FRAIMAN, LEO. Como ensinar bem as crianças e adolescentes de hoje. São Paulo: Metodologia OPEE, 2015	174
13. FRANCO, Gustavo Cosenza de Almeida. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996	174
14. GRAJZER, DEBORAH. Conheça os três usos práticos da Prova Brasil. Publicado no QEdU Blog, 2015	175
15. LUCKESI, C.C. Sobre notas escolares. Distorções e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2014	176
16. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2000	177
17. RAMOS, R. Inclusão na Prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva. 2. ed. São Paulo: Summus, 2010. (Capítulos 5, 6 e 7)	177
18. TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2007. (Cenas do Cotidiano Escolar)	179
19. COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. Planejando o Trabalho em Grupo. Estratégias para salas de aula heterogêneas. Porto Alegre. Penso, 2017	179
20. BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello. Ensino Híbrido Personalização e Tecnologia na educação. Porto Alegre. Penso, 2015.....	180
21. BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. Sala de Aula Invertida. Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem. Rio de Janeiro. LTC,2018.....	180

Conhecimentos Específicos

Professor De Educação Básica – Educação Infantil

(De 1 A 5 Anos De Idade)

1. O desenvolvimento e a aprendizagem da criança de 0 e 3 anos	183
2. A linguagem simbólica	184
3. O jogo, o brinquedo e a brincadeira	185
4. Os três tipos de conhecimento: físico, social e lógico-matemático	186
5. As concepções, orientações didáticas e áreas de abrangência do currículo Municipal de Educação Infantil.....	188
6. A avaliação na educação infantil.....	189
7. O planejamento do trabalho pedagógico	191
8. Avaliação, Observação e Registro	193
9. Projetos para a educação infantil.....	194
10. Reflexões sobre a prática pedagógica: a organização do espaço e do tempo.....	195
11. Cuidar e educar.....	196

12. As relações da escola com a comunidade.....	198
13. O desenvolvimento e a aprendizagem da criança de 4 e 5 anos	199
14. A linguagem simbólica	201
15. O jogo, o brinquedo e a brincadeira	201
16. Os três tipos de conhecimento: físico, social e lógico-matemático	201
17. As concepções, orientações didáticas e áreas de abrangência do currículo Municipal de Educação Infantil.....	201
18. A avaliação na educação infantil.....	201
19. A ética na educação infantil	201
20. O planejamento do trabalho pedagógico	203
21. Avaliação, Observação e Registro	203
22. Projetos para a educação infantil.....	203
23. Reflexões sobre a prática pedagógica: a organização do espaço e do tempo.....	203
24. O ambiente alfabetizador	203
25. Cuidar e educar.....	205
26. As relações da escola com a comunidade.....	205

Bibliografia Sugerida - Específicos

Professor De Educação Básica – Educação Infantil

(De 1 A 5 Anos De Idade)

1. BARBOSA, M. C. S. As pedagogias das rotinas. In: Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. (Capítulos 5, 6, 7 e 8)	209
2. BAPTISTA, Mônica Correia. A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância. In: Currículo em Movimento. Ministério da Educação. Brasília, 2010.	210
3. BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.	211
4. CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças. 6. ed. Brasília: MEC, SEB, 2009	211
5. DEVRIES, R. et al. O currículo construtivista na educação infantil: práticas e atividades. Porto Alegre: Artmed, 2004. 260 p. .	213
6. HOFFMANN, J. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 47-80.	214
7. ROSSET, M. Rosset; WEBSTER, Maria Helena; FUKUDA, Joyce Eiko; ALMEIDA, Lucila. Práticas Comentadas para Inspirar. São Paulo: Editora do Brasil, 2017.	214
8. EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As Cem Linguagens da Criança. A Abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância. Porto Alegre. Artmed, 1999.	215
9. MOYLES, Janet R. Só brincar? O papel do Brincar na educação infantil. Porto Alegre. Artmed, 2002.	215
10. WAJSKOP, Gisela. O Brincar. O aos 6 anos. São Paulo. Didática Suplegraf, 2009.	216
11. MALDAVER, Anastacia. Aprendendo Matemática nos anos iniciais. Porto Alegre. Mediação. 2016.	217
12. Projeto Leitura e Escrita - Ser criança na educação infantil: infância e linguagem / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - 1.ed. - Brasília: MEC /SEB, 2016. 112 p. : il.; 20,5 x 27,5 cm.- (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; v.3)	218
13. MEC. Bebês como leitores e autores / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - 1.ed.- Brasília: MEC / SEB, 2016.120 p.: il.; 20,5 x 27,5 cm. - (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; v.5).	219
14. Crianças como leitoras e autoras / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - 1.ed.- Brasília: MEC /SEB, 2016.128 p.: il.;20,5 x 27,5 cm - (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; v.6)	220

15. Currículo e linguagem na educação infantil / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - 1.ed. - Brasília: MEC / SEB, 2016. 128 p : il.; 20,5 x 27,5 cm. - (Coleção Leitura e escrita na educação infantil v.7).	222
16. Livros infantis: acervos, espaços e mediações / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - 1.ed. - Brasília: MEC /SEB, 2016. 152 p.: il.; 20,5 x 27,5 cm. - (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; v. 8).	223
17. VINHA, T. P. O educador e a Moralidade Infantil: uma visão construtivista. São Paulo: Mercado das Letras, 2001. (Pp. 37-126).....	224

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS

Sinonímia e antonímia

As palavras **sinônimas** são aquelas que apresentam significado semelhante, estabelecendo relação de proximidade. **Ex:** *inteligente <—> esperto*

Já as palavras **antônimas** são aquelas que apresentam significados opostos, estabelecendo uma relação de contrariedade. **Ex:** *forte <—> fraco*

SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

É possível empregar as palavras no sentido *próprio* ou no sentido *figurado*.

Ex.:

- Construí um muro de **pedra**. (Sentido próprio).
- Dalton tem um coração de **pedra**. (Sentido figurado).
- As águas **pingavam** da torneira. (Sentido próprio).
- As horas iam **pingando** lentamente. (Sentido figurado).

Denotação

É o sentido da palavra interpretada ao pé da letra, ou seja, de acordo com o sentido geral que ela tem na maioria dos contextos em que ocorre. Trata-se do sentido próprio da palavra, aquele encontrado no dicionário. Por exemplo: *“Uma pedra no meio da rua foi a causa do acidente”*.

A palavra “*pedra*” aqui está usada em sentido literal, ou seja, o objeto mesmo.

Conotação

É o sentido da palavra desviado do usual, ou seja, aquele que se distancia do sentido próprio e costumeiro. Por exemplo: *“As pedras atiradas pela boca ferem mais do que as atiradas pela mão”*.

“*Pedras*”, neste contexto, não está indicando o que usualmente significa (objeto), mas um insulto, uma ofensa produzida pelas palavras, capazes de machucar assim como uma pedra “objeto” que é atirada em alguém.

Ampliação de Sentido

Fala-se em ampliação de sentido quando a palavra passa a designar uma quantidade mais ampla de significado do que o seu original.

“Embarcar”, por exemplo, originariamente era utilizada para designar o ato de viajar em um barco. Seu sentido foi ampliado consideravelmente, passando a designar a ação de viajar em outros veículos também. Hoje se diz, por ampliação de sentido, que um passageiro:

- Embarcou em um trem.
- Embarcou no ônibus das dez.
- Embarcou no avião da força aérea.
- Embarcou num transatlântico.

“Alpinista”, em sua origem, era utilizada para indicar aquele que escala os Alpes (cadeia montanhosa europeia). Depois, por ampliação de sentido, passou a designar qualquer tipo de praticante de escalar montanhas.

Restrição de Sentido

Ao lado da ampliação de sentido, existe o movimento inverso, isto é, uma palavra passa a designar uma quantidade mais restrita de objetos ou noções do que originariamente designava.

É o caso, por exemplo, das palavras que saem da língua geral e passam a ser usadas com sentido determinado, dentro de um universo restrito do conhecimento.

A palavra *aglutinação*, por exemplo, na nomenclatura gramatical, é bom exemplo de especialização de sentido. Na língua geral, ela significa qualquer junção de elementos para formar um todo, todavia, em Gramática designa apenas um tipo de formação de palavras por composição em que a junção dos elementos acarreta alteração de pronúncia, como é o caso de *pernilongo* (perna + longa).

Se não houver alteração de pronúncia, já não se diz mais aglutinação, mas justaposição. A palavra *Pernalonga*, por exemplo, que designa uma personagem de desenhos animados, não se formou por aglutinação, mas por justaposição.

Em linguagem científica é muito comum restringir-se o significado das palavras para dar precisão à comunicação.

A palavra *girassol*, formada de *gira* (do verbo girar) + *sol*, não pode ser usada para designar, por exemplo, um astro que gira em torno do Sol, seu sentido sofreu restrição, e ela serve para designar apenas um tipo de flor que tem a propriedade de acompanhar o movimento do Sol.

Existem certas palavras que, além do significado explícito, contêm outros implícitos (ou pressupostos). Os exemplos são muitos. É o caso do pronome *outro*, por exemplo, que indica certa pessoa ou coisa, pressupondo necessariamente a existência de ao menos uma além daquela indicada.

Prova disso é que não faz sentido, para um escritor que nunca lançou um livro, dizer que ele estará autografando seu *outro* livro. O uso de *outro* pressupõe, necessariamente, ao menos um livro além daquele que está sendo autografado.

PONTUAÇÃO

Para a elaboração de um texto escrito, deve-se considerar o uso adequado dos **sinais de pontuação** como: pontos, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, travessão, parênteses, reticências, aspas, etc.

Tais sinais têm papéis variados no texto escrito e, se utilizados corretamente, facilitam a compreensão e entendimento do texto.

— A Importância da Pontuação

¹As palavras e orações são organizadas de maneira sintática, semântica e também melódica e rítmica. Sem o ritmo e a melodia, os enunciados ficariam confusos e a função comunicativa seria prejudicada.

O uso correto dos sinais de pontuação garante à escrita uma solidariedade sintática e semântica. O uso inadequado dos sinais de pontuação pode causar situações desastrosas, como em:

- Não podem atirar! (entende-se que atirar está proibido)
- Não, podem atirar! (entende-se que é permitido atirar)

— Ponto

Este ponto simples final (.) encerra períodos que terminem por qualquer tipo de oração que não seja interrogativa direta, a exclamativa e as reticências.

Outra função do ponto é a da pausa oracional, ao acompanhar muitas palavras abreviadas, como: *p.*, *2.ª*, entre outros.

Se o período, oração ou frase terminar com uma abreviatura, o ponto final não é colocado após o ponto abreviativo, já que este, quando coincide com aquele, apresenta dupla serventia.

Ex.: “O ponto abreviativo põe-se depois das palavras indicadas abreviadamente por suas iniciais ou por algumas das letras com que se representam, *v.g.* ; *V. S.ª* ; *II.ª* ; *Ex.ª* ; etc.” (Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro)

O ponto, com frequência, se aproxima das funções do ponto e vírgula e do travessão, que às vezes surgem em seu lugar.

Obs.: Estilisticamente, pode-se usar o ponto para, em períodos curtos, empregar dinamicidade, velocidade à leitura do texto: “Era um garoto pobre. Mas tinha vontade de crescer na vida. Estudou. Subiu. Foi subindo mais. Hoje é juiz do Supremo.”. É muito utilizado em narrações em geral.

— Ponto Parágrafo

Separa-se por ponto um grupo de período formado por orações que se prendem pelo mesmo centro de interesse. Uma vez que o centro de interesse é trocado, é imposto o emprego do ponto parágrafo se iniciando a escrever com a mesma distância da margem com que o texto foi iniciado, mas em outra linha.

O parágrafo é indicado por (§) na linguagem oficial dos artigos de lei.

— Ponto de Interrogação

É um sinal (?) colocado no final da oração com entonação interrogativa ou de incerteza, seja real ou fingida.

A interrogação conclusa aparece no final do enunciado e requer que a palavra seguinte se inicie por maiúscula. Já a interrogação interna (quase sempre fictícia), não requer que a próxima palavra se inicie com maiúscula.

Ex.: — Você acha que a gramática da Língua Portuguesa é complicada?

— Meu padrinho? É o Excelentíssimo Senhor coronel Paulo Vaz Lobo Cesar de Andrade e Sousa Rodrigues de Matos.

Assim como outros sinais, o ponto de interrogação não requer que a oração termine por ponto final, a não ser que seja interna.

Ex.: “Esqueceu alguma coisa? perguntou Marcela de pé, no patamar”.

1 BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Em diálogos, o ponto de interrogação pode aparecer acompanhando do ponto de exclamação, indicando o estado de dúvida de um personagem perante diante de um fato.

Ex.: — “Esteve cá o homem da casa e disse que do próximo mês em diante são mais cinquenta...”

— “?!...”

— Ponto de Exclamação

Este sinal (!) é colocado no final da oração enunciada com entonação exclamativa.

Ex.: “Que gentil que estava a espanhola!”

“Mas, na morte, que diferença! Que liberdade!”

Este sinal é colocado após uma interjeição.

Ex.: — Olé! exclamei.

— Ah! brejeiro!

As mesmas observações vistas no ponto de interrogação, em relação ao emprego do ponto final e ao uso de maiúscula ou minúscula inicial da palavra seguinte, são aplicadas ao ponto de exclamação.

— Reticências

As reticências (...) demonstram interrupção ou incompletude de um pensamento.

Ex.: — “Ao proferir estas palavras havia um tremor de alegria na voz de Marcela: e no rosto como que se lhe espraiou uma onda de ventura...”

— “Não imagina o que ela é lá em casa: fala na senhora a todos os instantes, e aqui aparece uma pamonha. Ainda ontem...”

Quando colocadas no fim do enunciado, as reticências dispensam o ponto final, como você pode observar nos exemplos acima.

As reticências, quando indicarem uma enumeração inconclusa, podem ser substituídas por *etc.*

Ao transcrever um diálogo, elas indicam uma não resposta do interlocutor. Já em citações, elas podem ser postas no início, no meio ou no fim, indicando supressão do texto transcrito, em cada uma dessas partes.

Quando ocorre a supressão de um trecho de certa extensão, geralmente utiliza-se uma linha pontilhada.

As reticências podem aparecer após um ponto de exclamação ou interrogação.

— Vírgula

A vírgula (,) é utilizada:

- Para separar termos coordenados, mesmo quando ligados por conjunção (caso haja pausa).

Ex.: “Sim, eu era esse garção bonito, airoso, abastado”.

IMPORTANTE!

Quando há uma série de sujeitos seguidos imediatamente de verbo, não se separa do verbo (por vírgula) o último sujeito da série.

Ex.: Carlos Gomes, Vítor Meireles, Pedro Américo, José de Alencar tinham-nas começado.

- Para separar orações coordenadas aditivas, mesmo que estas se iniciem pela conjunção *e*, proferidas com pausa.

Ex.: “Gostava muito das nossas antigas dobras de ouro, e eu levava-lhe quanta podia obter”.

- Para separar orações coordenadas alternativas (*ou, quer, etc.*), quando forem proferidas com pausa.

Ex.: Ele sairá daqui logo, *ou eu me desligarei do grupo.*

IMPORTANTE!

Quando *ou* exprimir retificação, esta mesma regra vigora.

Ex.: Teve duas fases a nossa paixão, *ou* ligação, *ou* qualquer outro nome, que eu de nome não curo.

Caso denote equivalência, o *ou* posto entre os dois termos não é separado por vírgula.

Ex.: Solteiro *ou* solitário se prende ao mesmo termo latino.

- Em aposições, a não ser no especificativo.

Ex.: “ora enfim de uma casa que ele meditava construir, para residência própria, casa de feitio moderno...”

- Para separar os pleonasmos e as repetições, quando não tiverem efeito superlativamente.

Ex.: “Nunca, nunca, meu amor!”

A casa é linda, linda.

- Para intercalar ou separar vocativos e apostos.

Ex.: Brasileiros, é chegada a hora de buscar o entendimento. É aqui, nesta querida escola, que nos encontramos.

- Para separar orações adjetivas de valor explicativo.

Ex.: “perguntava a mim mesmo por que não seria melhor deputado e melhor marquês do que o lobo Neves, — *eu, que valia mais*, muito mais do que ele, — ...”

- Para separar, na maioria das vezes, orações adjetivas restritiva de certa extensão, ainda mais quando os verbos de duas orações distintas se juntam.

Ex.: “No meio da confusão que produzira por toda a parte este acontecimento inesperado e cujo motivo e circunstâncias inteiramente se ignoravam, ninguém reparou nos dois cavaleiros...”

IMPORTANTE!

Mesmo separando por vírgula o sujeito expandido pela oração adjetiva, esta pontuação pode acontecer.

Ex.: Os que falam em matérias que não entendem, parecem fazer gala da sua própria ignorância.

- Para separar orações intercaladas.

Ex.: “Não lhe posso dizer com certeza, respondi eu”

- Para separar, geralmente, adjuntos adverbiais que precedem o verbo e as orações adverbiais que aparecem antes ou no meio da sua principal.

Ex.: “Eu mesmo, até então, tinha-vos em má conta...”

- Para separar o nome do lugar em datas.

Ex.: São Paulo, 14 de janeiro de 2020.

- Para separar os partículas e expressões de correção, continuação, explicação, concessão e conclusão.

Ex.: “*e, não obstante*, havia certa lógica, certa dedução”
Sairá amanhã, *aliás*, depois de amanhã.

- Para separar advérbios e conjunções adversativas (*porém, todavia, contudo, entretanto*), principalmente quando pospostos.

Ex.: “A proposta, *porém*, desdizia tanto das minhas sensações últimas...”

- Algumas vezes, para indicar a elipse do verbo.

Ex.: Ele sai agora: eu, logo mais. (omitiu o verbo “sairei” após “eu”; elipse do verbo sair)

- Omissão por zeugma.

Ex.: Na classe, alguns alunos são interessados; outros, (são) relapsos. (Supressão do verbo “são” antes do vocábulo “relapsos”)

- Para indicar a interrupção de um seguimento natural das ideias e se intercala um juízo de valor ou uma reflexão subsidiária.

- Para evitar e desfazer alguma interpretação errônea que pode ocorrer quando os termos estão distribuídos de forma irregular na oração, a expressão deslocada é separada por vírgula.

Ex.: De todas as revoluções, para o homem, a morte é a maior e a derradeira.

- Em enumerações

sem gradação: Coleciono livros, revistas, jornais, discos.

com gradação: Não compreendo o ciúme, a saudade, a dor da despedida.

Não se separa por vírgula:

- sujeito de predicado;

- objeto de verbo;

- adjunto adnominal de nome;

- complemento nominal de nome;

- oração principal da subordinada substantiva (desde que esta não seja apositiva nem apareça na ordem inversa).

— Dois Pontos

São utilizados:

- Na enumeração, explicação, notícia subsidiária.

Ex.: Comprou dois presentes: um livro e uma caneta.

“que (Viegas) padecia de um reumatismo teimoso, de uma asma não menos teimosa e de uma lesão de coração: era um hospital concentrado”

“Queremos governos perfeitos com homens imperfeitos: disparete”

- Em expressões que se seguem aos verbos *dizer, retrucar, responder* (e semelhantes) e que dão fim à declaração textual, ou que assim julgamos, de outrem.

Ex.: “Não me quis dizer o que era: mas, como eu instasse muito:

— Creio que o Damião desconfia alguma coisa”

- Em alguns casos, onde a intenção é caracterizar textualmente o discurso do interlocutor, a transcrição aparece acompanhada de aspas, e poucas vezes de travessão.

Ex.: “Ao cabo de alguns anos de peregrinação, atendi às suplicas de meu pai:

— Vem, dizia ele na última carta; se não vieres depressa acharás tua mãe morta!”

Em expressões que, ao serem enunciadas com entonação especial, o contexto acaba sugerindo causa, consequência ou explicação.

Ex.: “Explico-me: o diploma era uma carta de alforria”

- Em expressões que possuam uma quebra na sequência das ideias.

Ex.: Sacudiu o vestido, ainda molhado, e caminhou.

“Não! bradei eu; não hás de entrar... não quero... la a lançar-lhe as mãos: era tarde; ela entrara e fechara-se”

— Ponto e Vírgula

Sinal (;) que denota pausa mais forte que a vírgula, porém mais fraca que o ponto. É utilizado:

- Em trechos longos que já possuam vírgulas, indicando uma pausa mais forte.

Ex.: “Enfim, cheguei-me a Virgília, que estava sentada, e travei-lhe da mão; D. Plácida foi à janela”

- Para separar as adversativas onde se deseja ressaltar o contraste.

Ex.: “Não se disse mais nada; mas de noite Lobo Neves insistiu no projeto”

- Em leis, separando os incisos.

- Enumeração com explicitação.

Ex.: Comprei alguns livros: de matemática, para estudar para o concurso; um romance, para me distrair nas horas vagas; e um dicionário, para enriquecer meu vocabulário.

- Enumeração com ponto e vírgula, mas sem vírgula, para marcar distribuição.

Ex.: Comprei os produtos no supermercado: farinha para um bolo; tomates para o molho; e pão para o café da manhã.

— Travessão

É importante não confundir o travessão (—) com o traço de união ou hífen e com o traço de divisão empregado na partição de sílabas.

O uso do travessão pode substituir vírgulas, parênteses, colchetes, indicando uma expressão intercalada:

Ex.: “... e eu falava-lhe de mil cousas diferentes — do último baile, da discussão das câmaras, berlindas e cavalos, de tudo, menos dos seus versos ou prosas”

Se a intercalação terminar o texto, o travessão é simples; caso contrário, se utiliza o travessão duplo.

Ex.: “Duas, três vezes por semana, havia de lhe deixar na alçibeira das calças — umas largas calças de enfiar —, ou na gaveta da mesa, ou ao pé do tinteiro, uma barata morta”

IMPORTANTE!

Como é possível observar no exemplo, pode haver vírgula após o travessão.

O travessão pode, também, denotar uma pausa mais forte.

Ex.: “... e se estabelece uma cousa que poderemos chamar —, solidariedade do aborrecimento humano”

CONHECIMENTOS GERAIS EM EDUCAÇÃO

COTIDIANO ESCOLAR

Introdução

O cotidiano escolar refere-se à soma das atividades e interações que ocorrem dentro do ambiente escolar diariamente. Ele abrange não apenas o conteúdo das aulas, mas também os relacionamentos entre alunos, professores e funcionários, a gestão do tempo, a organização de eventos e atividades extracurriculares. Mais do que um simples cenário de ensino, a escola se configura como um microcosmo da sociedade, onde regras, valores e práticas sociais são experimentados e internalizados pelos alunos. Esse cotidiano desempenha um papel fundamental no processo educativo, pois oferece o contexto no qual o ensino formal acontece e onde os alunos podem aplicar o que aprendem.

A rotina escolar não é apenas um conjunto de atividades repetitivas, mas um espaço de interação dinâmica entre o indivíduo e o coletivo. Os alunos desenvolvem competências cognitivas, sociais e emocionais, e a qualidade dessa experiência cotidiana impacta diretamente seu desempenho acadêmico e seu desenvolvimento pessoal. Além disso, o cotidiano escolar contribui para a construção de uma cultura organizacional que reflete os valores da escola, sua missão educacional e a forma como ela prepara os alunos para a vida em sociedade.

A Dinâmica das Aulas e a Relação Professor-Aluno

Um dos aspectos centrais do cotidiano escolar é a dinâmica das aulas, que envolve desde o planejamento do conteúdo por parte dos professores até a execução de atividades em sala de aula. A preparação de uma aula vai além de escolher um conteúdo; ela exige do professor uma análise de como os alunos aprendem, quais métodos são mais eficazes para cada grupo e como o ensino pode ser adaptado para atender às necessidades específicas dos alunos. Dessa forma, a qualidade do ensino está intimamente ligada à organização e à execução do conteúdo pedagógico no cotidiano.

Outro elemento essencial nesse contexto é a relação entre professores e alunos. Essa relação vai além da mera transmissão de conhecimento, pois envolve também o estabelecimento de vínculos de confiança e respeito mútuo. Um ambiente de aprendizagem positivo é aquele em que os alunos se sentem seguros para expressar suas dúvidas e participar ativamente das discussões. A capacidade do professor de promover um clima de respeito, empatia e cooperação é decisiva para o sucesso da educação. Além disso, o professor também desempenha um papel de mediador de conflitos e facilitador do diálogo, ajudando a construir um ambiente escolar saudável e inclusivo.

A Participação dos Alunos no Cotidiano Escolar

A participação ativa dos alunos no cotidiano escolar é essencial para o desenvolvimento de sua autonomia, responsabilidade e habilidades sociais. Os alunos não devem ser vistos apenas

como receptores passivos de conhecimento, mas como agentes ativos em seu processo de aprendizagem. A escola deve proporcionar oportunidades para que os alunos participem de decisões, colaborem em projetos e se envolvam em atividades extracurriculares que complementem o ensino formal.

Atividades como feiras de ciências, competições esportivas, conselhos estudantis e clubes temáticos permitem que os alunos experimentem papéis de liderança, aprendam a trabalhar em equipe e desenvolvam a capacidade de tomar decisões informadas. Essa participação é fundamental para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a autogestão, a empatia e a comunicação eficaz. Além disso, a presença de atividades extracurriculares diversificadas estimula o interesse dos alunos e pode ser um fator motivador para o aprendizado, especialmente para aqueles que não se envolvem tão profundamente com as disciplinas tradicionais.

O Papel da Escola na Formação Social e Emocional dos Alunos

Além do ensino acadêmico, a escola tem uma função primordial na formação social e emocional dos alunos. A convivência diária com outros alunos, professores e funcionários oferece um ambiente propício para o desenvolvimento de competências interpessoais, como o respeito às diferenças, a resolução de conflitos e o trabalho em equipe. A escola é, muitas vezes, o primeiro espaço onde os alunos experimentam o pertencimento a uma comunidade maior, na qual as ações de cada um impactam o bem-estar coletivo.

O desenvolvimento emocional também é uma dimensão importante do cotidiano escolar. A escola deve fornecer suporte para que os alunos possam lidar com emoções como frustração, ansiedade e medo, oferecendo um ambiente que favoreça o bem-estar psicológico. Programas de educação emocional e atividades que incentivem o diálogo aberto sobre sentimentos e desafios pessoais são formas eficazes de integrar essa dimensão ao cotidiano escolar. Além disso, o fortalecimento de laços de confiança entre os alunos e a equipe escolar cria uma rede de apoio essencial para o desenvolvimento emocional saudável.

Desafios e Dificuldades no Cotidiano Escolar

Embora o cotidiano escolar seja uma fonte de desenvolvimento para os alunos, ele também apresenta desafios que precisam ser gerenciados adequadamente. Problemas de indisciplina, desmotivação e conflitos interpessoais são comuns em muitos ambientes escolares. Esses desafios podem comprometer a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos, se não forem abordados de maneira adequada.

A indisciplina, por exemplo, pode ser uma manifestação de vários fatores, como problemas familiares, dificuldades de aprendizado ou falta de engajamento com o conteúdo escolar. Para lidar com essas questões, é essencial que a escola adote uma abordagem preventiva, que envolva não apenas sanções, mas também ações educativas que ajudem os alunos a entender as

consequências de seus comportamentos e a buscar formas mais construtivas de interação. A integração de práticas restaurativas, como círculos de diálogo e mediação de conflitos, pode ser uma estratégia eficaz para lidar com esses desafios.

Outro desafio contemporâneo é o uso da tecnologia no ambiente escolar. Embora as tecnologias digitais possam ser ferramentas poderosas para o aprendizado, elas também podem ser fonte de distração e desinformação. O equilíbrio entre o uso saudável da tecnologia e a manutenção da concentração nas atividades escolares é uma questão que exige uma gestão cuidadosa por parte da equipe pedagógica.

Conclusão

O cotidiano escolar é um elemento central no processo educativo, pois é através dele que os alunos vivenciam o aprendizado, constroem suas relações sociais e desenvolvem habilidades emocionais. A estrutura de uma escola, as práticas de ensino e o ambiente de convivência são fatores que, combinados, criam o cenário ideal para o crescimento integral dos alunos.

A gestão dos desafios e a promoção de um ambiente acolhedor e dinâmico são responsabilidades que exigem a colaboração de toda a comunidade escolar. Com um cotidiano escolar bem planejado e orientado para o desenvolvimento dos alunos, a escola cumpre seu papel de preparar indivíduos para serem não apenas acadêmicos competentes, mas também cidadãos responsáveis e emocionalmente equilibrados.

A PRÁTICA EDUCATIVA

Introdução

A prática educativa envolve muito mais do que a simples transmissão de conteúdos acadêmicos. Ela é um processo dinâmico e interativo, que se adapta ao contexto social, cultural e individual dos alunos. O ato de educar vai além da sala de aula tradicional: é uma construção contínua que tem como objetivo não apenas formar cidadãos com conhecimento técnico, mas também promover o desenvolvimento emocional, ético e social. Nesse sentido, a prática educativa precisa ser vista como uma ação consciente, planejada e intencional, onde o educador desempenha o papel de facilitador e mediador.

Em tempos de grandes transformações, como os que vivemos atualmente, a prática educativa deve estar alinhada às novas exigências da sociedade, que demanda indivíduos críticos, criativos e capazes de lidar com desafios complexos. O avanço tecnológico, a globalização e as mudanças nas relações de trabalho e comunicação exigem uma educação que vá além do modelo tradicional, incentivando os alunos a desenvolverem competências socioemocionais e habilidades de resolução de problemas. Neste cenário, o papel do educador se torna ainda mais central, exigindo uma prática pedagógica flexível, reflexiva e que dialogue com as demandas contemporâneas.

Os Princípios Fundamentais da Prática Educativa

Uma prática educativa eficaz deve ser orientada por princípios que assegurem a promoção do desenvolvimento integral dos alunos. O primeiro desses princípios é a intencionalidade pedagógica. O educador precisa ter clareza de seus objetivos e ser capaz de adaptar suas estratégias de ensino às necessidades

e contextos dos alunos. Cada ação educativa deve ser pensada com um propósito definido, que vá além do cumprimento de currículos rígidos, mas que leve em consideração a formação humana dos estudantes.

Outro princípio essencial é o respeito à diversidade. Em uma sala de aula, cada aluno traz consigo uma bagagem cultural, social e emocional única. Reconhecer e valorizar essa diversidade é fundamental para a construção de um ambiente inclusivo e estimulante, onde todos possam aprender de forma equitativa. Para isso, é necessário que o educador adote práticas que promovam a inclusão, garantindo que alunos com diferentes perfis de aprendizagem tenham suas necessidades atendidas.

A colaboração e o diálogo também são princípios que orientam uma prática educativa transformadora. A educação não deve ser uma via de mão única, na qual o professor detém todo o conhecimento e o aluno é apenas um receptor passivo. O processo educativo deve ser participativo, incentivando a troca de experiências e ideias entre educador e aluno, promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais rico e significativo.

Métodos e Abordagens Pedagógicas na Prática Educativa

Há uma variedade de métodos pedagógicos que podem ser aplicados na prática educativa, cada um com seus próprios enfoques e objetivos. Entre eles, destaca-se o construtivismo, uma abordagem que valoriza o aprendizado como um processo ativo de construção de conhecimento. Nessa perspectiva, o aluno é visto como protagonista de sua própria aprendizagem, e o professor atua como mediador, facilitando o processo de descoberta e reflexão.

Outra abordagem relevante é a pedagogia crítica, defendida por autores como Paulo Freire, que propõe uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos. A prática educativa, nesse modelo, busca desenvolver nos alunos a capacidade de refletir criticamente sobre a realidade ao seu redor, questionando desigualdades e injustiças sociais. O educador, nesse contexto, deve ser um agente transformador, que instiga o aluno a se tornar um sujeito ativo na construção de uma sociedade mais justa.

A aprendizagem baseada em projetos (ABP) é uma metodologia contemporânea que também tem ganhado destaque. Nela, os alunos são desafiados a resolver problemas reais ou desenvolver projetos práticos, integrando diferentes áreas do conhecimento. Essa abordagem promove a aprendizagem ativa, incentivando a criatividade, o trabalho em equipe e o desenvolvimento de competências transversais, como a resolução de problemas e a comunicação eficaz.

Cada uma dessas abordagens pode ser adaptada conforme o contexto e os objetivos do processo educativo. O importante é que o educador esteja preparado para refletir sobre sua prática, buscando constantemente maneiras de torná-la mais significativa e relevante para seus alunos.

O Papel da Avaliação na Prática Educativa

A avaliação é um elemento essencial da prática educativa, pois é através dela que o professor pode acompanhar o progresso dos alunos e ajustar suas estratégias pedagógicas conforme necessário. No entanto, é importante que a avaliação seja entendida não apenas como um instrumento de medição de resultados, mas como uma ferramenta de reflexão e desenvolvimento.

Existem diferentes formas de avaliação, sendo as mais comuns a avaliação formativa e a avaliação somativa. A avaliação formativa ocorre ao longo do processo de aprendizagem e tem como objetivo fornecer feedback contínuo aos alunos, permitindo que eles reconheçam suas dificuldades e avancem em seu próprio ritmo. Já a avaliação somativa é mais focada no resultado final, como em provas ou trabalhos, e visa medir o quanto o aluno aprendeu ao término de um ciclo.

Para que a avaliação seja justa e promova o desenvolvimento integral dos alunos, ela deve ser inclusiva e diversificada. Isso significa que o professor deve utilizar diferentes instrumentos avaliativos, como observações, autoavaliações, portfólios e projetos, levando em conta as diversas formas de aprender dos alunos. Além disso, a avaliação precisa ser dialógica, ou seja, deve envolver o aluno no processo, incentivando-o a refletir sobre seu próprio aprendizado e identificar suas áreas de melhoria.

Desafios Contemporâneos na Prática Educativa

A prática educativa enfrenta inúmeros desafios no contexto contemporâneo, muitos dos quais surgem em função das rápidas transformações tecnológicas e sociais. Um dos principais desafios é a integração da tecnologia no ambiente educacional. Embora as tecnologias digitais possam ser poderosas ferramentas de aprendizagem, elas também trazem questões como o uso excessivo de telas, a distração em sala de aula e a dificuldade de manter o foco nos objetivos educacionais. Cabe ao educador encontrar um equilíbrio, utilizando a tecnologia de maneira a enriquecer o processo de aprendizagem, sem que ela se torne um obstáculo.

Outro grande desafio é a gestão da diversidade. Em um mundo cada vez mais plural, as escolas abrigam alunos de diferentes origens culturais, sociais e cognitivas. O educador deve estar preparado para lidar com essa diversidade, promovendo a inclusão e garantindo que todos os alunos tenham acesso igualitário ao conhecimento. Isso requer sensibilidade para reconhecer as diferentes necessidades e potenciais de cada aluno, bem como criatividade para adaptar métodos e conteúdos.

A desmotivação dos alunos também é um problema recorrente. O excesso de estímulos externos e a sensação de que o conteúdo escolar não tem aplicação prática imediata são fatores que podem contribuir para a falta de engajamento dos estudantes. Para enfrentar esse desafio, os educadores precisam buscar formas de tornar o ensino mais conectado à realidade dos alunos, utilizando metodologias ativas e conteúdos contextualizados que despertem o interesse e a curiosidade.

Conclusão

A prática educativa é um campo em constante evolução, que exige dos educadores uma postura reflexiva, flexível e inovadora. À medida que o mundo muda, também mudam as demandas educacionais, e a escola precisa se adaptar para preparar os alunos para os desafios do século XXI. Isso implica repensar métodos, estratégias e abordagens pedagógicas, buscando sempre promover uma educação inclusiva, crítica e transformadora.

O sucesso de uma prática educativa não depende apenas do conhecimento técnico do professor, mas de sua capacidade de criar um ambiente de aprendizagem que valorize o diálogo, o respeito à diversidade e o desenvolvimento integral dos alunos. Diante dos desafios contemporâneos, a prática educativa deve ser vista como uma oportunidade de transformação social,

preparando indivíduos para atuarem de forma ética, consciente e crítica na sociedade. Assim, a educação cumpre seu papel fundamental de construir não apenas profissionais competentes, mas cidadãos capazes de promover mudanças positivas em suas comunidades.

RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO

Introdução

A relação entre professor e aluno é um dos pilares fundamentais para o sucesso do processo educativo. Mais do que uma interação formal entre quem ensina e quem aprende, essa relação é marcada por trocas que influenciam profundamente o desempenho acadêmico, o desenvolvimento emocional e o crescimento pessoal dos alunos. Uma relação saudável e equilibrada cria um ambiente propício ao aprendizado, no qual os alunos se sentem motivados, seguros e valorizados.

Historicamente, o papel do professor foi visto de forma hierárquica, como uma autoridade que detém o conhecimento. No entanto, a educação contemporânea exige uma reconfiguração dessa dinâmica. O professor é, hoje, um mediador e facilitador do conhecimento, e a relação com o aluno deve ser baseada em diálogo, respeito e colaboração. O objetivo deste texto é explorar a importância da relação professor-aluno, seus benefícios, os desafios enfrentados e estratégias para fortalecer essa interação em prol de um ensino mais eficaz e humanizado.

A Importância da Relação Professor-Aluno

A relação entre professor e aluno tem um impacto significativo no desempenho acadêmico e no bem-estar emocional do estudante. Quando há uma conexão positiva, o aluno tende a se sentir mais motivado, seguro e engajado nas atividades escolares. Um ambiente de confiança e respeito mútuo permite que o aluno se sinta à vontade para expressar suas dúvidas e dificuldades, sem medo de julgamentos, o que facilita o aprendizado.

Um professor que estabelece uma relação de proximidade com seus alunos consegue captar melhor suas necessidades e ajustar suas estratégias pedagógicas para atender às diferentes formas de aprender. Esse tipo de relação também contribui para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes, como a empatia, a comunicação e a cooperação, que são essenciais não apenas para o ambiente escolar, mas para a vida em sociedade.

Além disso, pesquisas indicam que uma relação positiva com o professor pode contribuir para o aumento da autoestima dos alunos e para o desenvolvimento de uma atitude mais proativa diante dos desafios. Isso se reflete em uma maior disposição para o estudo, maior participação em sala de aula e até na melhora dos resultados acadêmicos.

Os Benefícios de uma Relação Saudável entre Professor e Aluno

Uma relação saudável entre professor e aluno traz inúmeros benefícios para o ambiente escolar. Em primeiro lugar, ela promove a motivação intrínseca dos alunos. Quando o professor demonstra interesse genuíno pelo desenvolvimento de seus alu-

nos, estes tendem a se sentir mais motivados a aprender, não apenas para obter boas notas, mas porque reconhecem o valor do aprendizado em si.

Outro benefício é a criação de um ambiente de acolhimento emocional. Muitos alunos enfrentam questões emocionais e psicológicas que podem interferir no processo de aprendizado, como ansiedade, insegurança e problemas familiares. Um professor que consegue criar um ambiente de confiança e suporte emocional contribui para que o aluno se sinta mais seguro para lidar com essas dificuldades e, conseqüentemente, mais disposto a participar ativamente das atividades escolares.

A relação saudável também estimula a participação ativa dos alunos, que se sentem mais à vontade para contribuir nas discussões, fazer perguntas e se envolver em projetos e atividades extracurriculares. Quando o aluno sente que sua voz é ouvida e respeitada, ele tende a desenvolver um senso de pertencimento à comunidade escolar, o que fortalece sua identidade e seu papel dentro desse espaço.

Por fim, uma boa relação professor-aluno pode ajudar a reduzir problemas disciplinares. Quando há um vínculo positivo, os alunos tendem a respeitar mais as regras e os limites estabelecidos, pois entendem que essas normas estão ali para promover um ambiente de aprendizado saudável. Professores que conseguem estabelecer uma relação de respeito mútuo e compreensão com seus alunos têm menos dificuldades para gerenciar conflitos e manter a disciplina em sala de aula.

Desafios na Relação Professor-Aluno

Apesar dos inúmeros benefícios, construir e manter uma boa relação entre professor e aluno não é uma tarefa simples. Um dos principais desafios enfrentados pelos professores é o equilíbrio entre autoridade e proximidade. Ser um professor próximo dos alunos não significa perder a capacidade de impor regras e limites. No entanto, encontrar esse equilíbrio pode ser difícil, especialmente em contextos nos quais os alunos já têm uma visão prévia de que o professor é apenas uma figura de autoridade.

Outro desafio é a diversidade de perfis dos alunos. Em uma mesma sala de aula, o professor lida com estudantes com diferentes históricos familiares, culturas, níveis socioeconômicos e habilidades cognitivas. Essa heterogeneidade exige que o professor seja capaz de adaptar sua abordagem para atender às necessidades individuais de cada aluno, o que pode ser difícil em um contexto de turmas grandes e recursos limitados.

A falta de tempo também é um obstáculo significativo. A carga horária elevada, o grande número de turmas e as exigências burocráticas impostas aos professores reduzem o tempo disponível para dedicar uma atenção mais individualizada a cada aluno. Isso pode dificultar a construção de relações mais profundas e significativas.

Por fim, a era digital apresenta um novo conjunto de desafios. Embora a tecnologia tenha trazido novas possibilidades para a educação, ela também pode distanciar alunos e professores. O uso excessivo de dispositivos eletrônicos pode prejudicar a comunicação face a face, dificultando a criação de vínculos mais próximos. Além disso, lidar com o comportamento digital dos alunos, como o uso inadequado de celulares ou a desatenção em atividades online, é uma nova dificuldade que precisa ser gerenciada.

Estratégias para Fortalecer a Relação Professor-Aluno

Apesar dos desafios, existem diversas estratégias que podem ser adotadas pelos professores para fortalecer a relação com seus alunos. A primeira delas é a escuta ativa. Ao ouvir verdadeiramente os alunos, o professor demonstra respeito e empatia, o que ajuda a construir uma relação de confiança. A escuta ativa também permite que o professor entenda melhor as necessidades e dificuldades de seus alunos, facilitando o planejamento de intervenções pedagógicas mais eficazes.

Outra estratégia importante é a individualização do ensino, na medida do possível. Oferecer atividades diferenciadas, que respeitem o ritmo e as características de cada aluno, contribui para que todos se sintam incluídos no processo educativo. Isso pode ser feito através de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, que permitem que os alunos assumam um papel mais ativo no seu aprendizado.

O feedback construtivo também é uma ferramenta poderosa para fortalecer a relação professor-aluno. O reconhecimento dos esforços e a orientação sobre como melhorar o desempenho fazem com que os alunos se sintam valorizados e estimulados a continuar se esforçando. É importante que o feedback seja específico, sincero e oferecido de maneira que encoraje o aluno a se desenvolver.

Por fim, a criação de um ambiente de acolhimento é fundamental. O professor deve trabalhar para que a sala de aula seja um espaço de respeito, onde os alunos se sintam à vontade para compartilhar suas ideias e sentimentos. Isso pode ser feito através de atividades que promovam a integração, a cooperação e o respeito mútuo entre os estudantes.

Conclusão

A relação entre professor e aluno é um dos fatores mais influentes no processo de ensino-aprendizagem. Quando essa relação é baseada em respeito, confiança e diálogo, os alunos se sentem mais motivados e preparados para enfrentar os desafios escolares e da vida. Embora existam obstáculos a serem superados, como a falta de tempo e a diversidade de perfis, os benefícios de uma boa relação professor-aluno são inegáveis.

O sucesso educacional não depende apenas de métodos e currículos bem planejados, mas, sobretudo, da qualidade das interações humanas que acontecem no ambiente escolar. Cabe ao professor adotar estratégias que fortaleçam essas interações, criando um ambiente de aprendizado acolhedor e estimulante, onde os alunos se sintam valorizados e motivados a crescer. Dessa forma, a relação professor-aluno se torna não apenas um meio para o ensino de conteúdos, mas uma ferramenta poderosa para a formação integral de cidadãos críticos, responsáveis e socialmente engajados.

PLANEJAMENTO, PROCEDIMENTOS DE ENSINO

Introdução

O planejamento é uma etapa essencial no processo educativo. Ele permite ao professor organizar, prever e definir as melhores estratégias para alcançar os objetivos de aprendizagem, garantindo que o ensino ocorra de maneira estruturada e eficiente.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BACICH, LILIAN; NETO, ADOLFO T.; TREVISANI, FERNANDO DE MELLO (ORGS.). ENSINO HÍBRIDO: PERSONALIZAÇÃO E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO. PORTO ALEGRE: PENSO, 2015

O livro “Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação”, organizado por Lilian Bacich, Adolfo Tanzi Neto e Fernando de Mello Trevisani, é uma obra fundamental que explora as potencialidades do ensino híbrido como modelo educacional inovador. Publicado pela editora Penso em 2015, o livro aborda como a integração de práticas pedagógicas tradicionais com tecnologias digitais pode transformar o ambiente educativo, tornando-o mais adaptativo e centrado no aluno.

— O Conceito de Ensino Híbrido

Definição e Fundamentos

O ensino híbrido, ou *blended learning*, é apresentado como uma abordagem educacional que combina o ensino presencial com o online, aproveitando o melhor de ambos os mundos para criar uma experiência de aprendizado mais rica e personalizada. Os autores discutem como essa metodologia permite adaptar o ritmo, estilo e interesses de aprendizagem de cada estudante, destacando a importância da personalização no processo educativo.

Vantagens do Modelo Híbrido

O livro detalha várias vantagens do ensino híbrido, incluindo a flexibilidade para estudantes gerenciarem seu próprio tempo e o potencial para uma maior interação e colaboração através de ferramentas online. Além disso, enfatiza como esse modelo pode facilitar um feedback mais imediato e detalhado por parte dos educadores, essencial para o desenvolvimento do aluno.

— Implementação do Ensino Híbrido

Desafios e Estratégias

Embora reconheçam os benefícios, os organizadores não ignoram os desafios associados à implementação do ensino híbrido. Eles exploram questões como a necessidade de formação de professores, infraestrutura adequada, e resistência às mudanças tanto por parte de instituições quanto de educadores. O livro oferece estratégias práticas para superar esses obstáculos, incentivando uma abordagem gradual e reflexiva à adoção do ensino híbrido.

Tecnologia como Facilitadora

A obra também discute o papel crucial da tecnologia no ensino híbrido, argumentando que as ferramentas digitais não são apenas suportes, mas elementos transformadores do processo de ensino-aprendizagem. Os autores destacam exemplos de

tecnologias que podem ser integradas, como plataformas de aprendizado adaptativo, fóruns online, e sistemas de gestão de aprendizagem (LMS).

“Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação” é uma leitura essencial para educadores, administradores escolares e políticos educacionais que desejam compreender e implementar o ensino híbrido em suas práticas. Ao fornecer uma base teórica sólida juntamente com orientações práticas, Bacich, Tanzi Neto, e Trevisani abrem caminho para uma educação mais inclusiva, flexível e adaptada às necessidades individuais dos estudantes, promovendo uma verdadeira transformação no cenário educacional

BRAGA, A. R. MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO: UMA DUPLA DE FUTURO. CAMPINAS: MERCADO DAS LETRAS, 2010. (SÉRIE CENAS DO COTIDIANO ESCOLAR)

O livro Meio Ambiente e Educação: Uma Dupla de Futuro, escrito por A. R. Braga e publicado pela editora Mercado das Letras em 2010, faz parte da série Cenas do Cotidiano Escolar e aborda de maneira profunda e reflexiva a relação entre a educação e a preservação ambiental. A obra propõe que o diálogo entre esses dois campos é essencial para o futuro das novas gerações, destacando que a educação ambiental é fundamental não apenas como uma disciplina, mas como uma prática que deve ser incorporada ao cotidiano escolar e à vida em sociedade. Através da educação, é possível construir uma consciência ecológica que contribua para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável.

A Educação Ambiental no Contexto Escolar

Braga inicia sua obra enfatizando a importância de inserir a educação ambiental no contexto escolar como uma disciplina transversal, ou seja, que permeie todas as áreas do conhecimento. Ele argumenta que, para formar cidadãos comprometidos com a preservação do meio ambiente, é necessário que as crianças e adolescentes sejam educados desde cedo sobre os impactos de suas ações no meio ambiente e a importância de práticas sustentáveis. O autor defende que a escola é o ambiente ideal para promover essa consciência, já que os valores e conhecimentos adquiridos durante a fase escolar tendem a ser levados para a vida adulta.

A relevância de abordar a educação ambiental de forma integrada nas escolas está no fato de que, além de ensinar sobre os problemas ecológicos globais, ela também deve promover ações práticas e locais, que envolvam tanto a comunidade escolar quanto a sociedade em geral. Braga explora como projetos escolares focados em reciclagem, economia de água, consumo consciente e reflorestamento podem se tornar ferramentas valiosas para estimular o engajamento dos alunos e

promover uma mudança de mentalidade. Assim, a obra reforça que a escola é um espaço privilegiado para a construção de uma cidadania ambiental ativa.

O Papel dos Educadores na Formação da Consciência Ambiental

Outro ponto central do livro é a ênfase no papel dos educadores na formação da consciência ambiental dos alunos. Para Braga, os professores são os mediadores do conhecimento e, por isso, têm uma responsabilidade fundamental no processo de sensibilização para as questões ambientais. Ele sugere que os educadores devem estar preparados e capacitados para trabalhar com temas relacionados ao meio ambiente de forma contextualizada e prática, aproximando a teoria da realidade dos alunos. O autor propõe que a formação continuada dos professores inclua, de maneira obrigatória, a educação ambiental, para que esses profissionais possam desenvolver projetos que engajem os alunos e a comunidade escolar.

A formação de uma consciência crítica sobre o meio ambiente passa, de acordo com Braga, pela capacidade dos professores de estimular nos alunos o questionamento sobre o impacto de suas ações e o consumo exacerbado de recursos naturais. Por isso, o livro sugere que, além de ensinar os conteúdos tradicionais da educação ambiental, os educadores devem promover debates, incentivar pesquisas de campo e propor soluções criativas para os problemas locais e globais relacionados ao meio ambiente. Esse trabalho exige, claro, um compromisso dos professores com a sua própria formação e uma postura proativa frente aos desafios ecológicos do século XXI.

O Meio Ambiente como Tema Transversal na Educação

Uma das contribuições mais importantes da obra é a ideia de que o meio ambiente não deve ser tratado apenas como um tema isolado dentro do currículo escolar, mas sim como um eixo transversal que dialogue com diversas disciplinas. Braga argumenta que a educação ambiental não pode ficar restrita às aulas de ciências ou geografia, mas deve ser trabalhada em conjunto com outras áreas, como a matemática, a história, a língua portuguesa e a educação física. Isso porque a preservação ambiental é uma questão global e interdisciplinar, que exige o envolvimento de diferentes campos do saber para ser plenamente compreendida.

A obra sugere que temas como sustentabilidade, aquecimento global, poluição, desmatamento e biodiversidade podem ser explorados de maneira integrada nas diversas disciplinas escolares, ajudando os alunos a entenderem como o meio ambiente está conectado a todas as áreas da vida. Por exemplo, ao abordar questões matemáticas, é possível trabalhar com dados e gráficos sobre consumo de energia e água; na disciplina de história, pode-se estudar como a revolução industrial impactou o meio ambiente; e, nas aulas de português, os alunos podem ser incentivados a produzir textos argumentativos sobre os desafios ambientais atuais. Dessa forma, o livro propõe uma abordagem ampla e multidisciplinar para a educação ambiental.

A Educação Ambiental e o Futuro Sustentável

Braga finaliza sua obra destacando a importância da educação ambiental para a construção de um futuro sustentável. Ele defende que, diante dos desafios ambientais globais, como as mudanças climáticas, a escassez de recursos naturais e a perda

de biodiversidade, a educação ambiental se torna uma questão de sobrevivência para as próximas gerações. O autor argumenta que, sem uma mudança radical na forma como os seres humanos se relacionam com o meio ambiente, o futuro da humanidade estará em risco. Por isso, ele reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem a inclusão da educação ambiental de forma efetiva no currículo escolar.

Além disso, Braga destaca que a educação ambiental deve ultrapassar os muros da escola e se tornar um projeto de vida para todos os cidadãos. Ele propõe que a educação ambiental deve ser vista como um processo contínuo, que começa na escola, mas que deve acompanhar os indivíduos ao longo de toda a vida. Para isso, ele sugere que as escolas formem parcerias com organizações não governamentais, empresas e o poder público, para que os alunos possam vivenciar na prática a importância da sustentabilidade e da preservação ambiental.

A Relevância da Educação Ambiental nas Escolas

A obra de A. R. Braga é uma leitura indispensável para todos os educadores e gestores escolares que desejam compreender a importância da educação ambiental no contexto escolar e seu papel na construção de um futuro mais sustentável. O autor oferece uma análise clara e objetiva sobre os desafios e as possibilidades de se trabalhar com o tema do meio ambiente nas escolas, sempre ressaltando a necessidade de uma abordagem integrada e participativa. Estudar essa obra é fundamental para quem busca promover uma educação que valorize a preservação ambiental e a sustentabilidade, garantindo que as futuras gerações estejam preparadas para enfrentar os desafios ecológicos do século XXI.

Ao longo de suas páginas, o livro convida os leitores a repensarem suas práticas pedagógicas e a adotarem uma postura mais ativa frente à educação ambiental, entendendo que a mudança de comportamento e a construção de um futuro sustentável dependem, em grande parte, da formação de uma nova consciência ecológica.

BNCC- A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo

existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Quais as implicações?

Implicações curriculares, com flexibilização e aligeiramento da formação

- Altera o formato de financiamento público com privatização
- Atinge a formação docente
- Impacta a docência da rede particular de ensino
- Não assegura novos recursos

Implicações Curriculares

Carga horária do ensino médio será ampliada de forma progressiva (§ 1º, Art. 24 LDB – nova redação) para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Ou seja, só existe prazo para se chegar às mil horas, ou seja, uma hora em relação a carga horária atual.

A Lei não faz referência clara como essa expansão irá acontecer no ensino médio noturno. Apenas determina que os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º."

O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica, mas não especifica se atingirá os itinerários formativos do ensino médio. É provável que não.

Obriga a oferta de língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental.

A Lei dispõe que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais. Portanto, não necessitará de ser tratado para o conjunto dos estudantes.

A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do CNE e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

A BNCC definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

A parte diversificada dos currículos, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à BNCC e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

A BNCC referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Portanto, não haverá a obrigatoriedade de disciplinas.

Obrigatoriedade apenas para o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas, e de língua inglesa.

Outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, poderão ser ofertadas de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

A carga horária destinada ao cumprimento da BNCC não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio. Ou seja, próximo a 69% do total da carga horária.

Itinerários Formativos

O currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de **diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br

Poderá ser composto **itinerário formativo integrado**, que se traduz na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos.

Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput.

— Introdução

A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as

três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

Competências gerais da educação básica

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor De Educação Básica – Educação Infantil (De 1 A 5 Anos De Idade)

O DESENVOLVIMENTO E A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA DE 0 E 3 ANOS

Introdução

Os primeiros três anos de vida da criança representam uma fase crucial de desenvolvimento e aprendizagem. Durante esse período, as bases para o crescimento físico, cognitivo, linguístico, social e emocional são estabelecidas, moldando grande parte das habilidades e capacidades que a criança utilizará ao longo de sua vida. Nesse estágio, o cérebro está em pleno desenvolvimento, e a criança absorve informações do ambiente de maneira intensa, por meio das interações com adultos e com os objetos ao seu redor.

Este texto explora os principais aspectos do desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional da criança entre 0 e 3 anos, destacando a importância das interações, do brincar e de um ambiente estimulante para a promoção de uma aprendizagem saudável e integral.

Desenvolvimento físico e motor

Nos primeiros anos de vida, o desenvolvimento físico e motor da criança passa por grandes transformações. Desde os primeiros movimentos reflexos até as habilidades motoras mais complexas, como andar e segurar objetos, esse período é marcado por conquistas que são fundamentais para a autonomia e o crescimento saudável.

- Desenvolvimento motor grosseiro: Nos primeiros meses, os bebês começam a desenvolver o controle da cabeça, sentar-se sem apoio e, eventualmente, engatinhar. Por volta de 1 ano, muitas crianças já estão dando seus primeiros passos e, aos 2 e 3 anos, já conseguem correr, pular e subir escadas com mais segurança.

- Desenvolvimento motor fino: Ao longo desse período, a coordenação motora fina também se desenvolve rapidamente. Os bebês começam a segurar objetos com mais precisão e, entre 2 e 3 anos, já conseguem realizar atividades como empilhar blocos, desenhar com giz de cera e manipular pequenos brinquedos.

Esses avanços no desenvolvimento motor estão diretamente ligados à exploração do ambiente e à interação da criança com o mundo ao seu redor, sendo a prática fundamental para a evolução dessas habilidades.

Desenvolvimento cognitivo e da linguagem

O desenvolvimento cognitivo da criança de 0 a 3 anos está em constante evolução, à medida que ela descobre o mundo, experimenta e começa a formar suas primeiras conexões mentais sobre como as coisas funcionam. Nesse período, o bebê começa a desenvolver habilidades relacionadas à percepção, memória e resolução de problemas, que são essenciais para a construção de sua capacidade cognitiva futura.

- Desenvolvimento sensorial: Nos primeiros meses, os bebês exploram o mundo principalmente através dos sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar). A capacidade de distinguir cores, reconhecer vozes familiares e identificar cheiros e texturas faz parte da construção das bases cognitivas.

- Desenvolvimento da permanência do objeto: Um marco importante, identificado pelo psicólogo suíço Jean Piaget, é o conceito de permanência do objeto, que surge por volta dos 8 a 12 meses. A criança passa a compreender que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis.

- Desenvolvimento da linguagem: A linguagem também começa a se formar durante esse período. Inicialmente, o bebê se comunica através do choro e de balbúrcios, mas por volta do primeiro ano de vida, começa a emitir as primeiras palavras, geralmente palavras simples, como “mamãe” e “papá”. Aos 2 anos, muitas crianças já estão formando frases simples, e o vocabulário aumenta significativamente. Entre 2 e 3 anos, a criança começa a formular frases mais complexas e a se expressar com maior clareza.

Esses avanços cognitivos são fundamentais para o desenvolvimento futuro da criança, pois formam a base para a aprendizagem mais complexa nos anos seguintes.

Desenvolvimento socioemocional

O desenvolvimento socioemocional é uma das áreas mais importantes e sensíveis durante os primeiros três anos de vida. Esse período é essencial para que a criança aprenda a identificar e regular suas emoções, formar vínculos e interagir socialmente.

- Vínculo afetivo: Nos primeiros meses, o bebê desenvolve laços afetivos fortes com seus cuidadores, especialmente a mãe ou o pai, por meio do contato físico, do olhar e da troca de afeto. A teoria do apego, desenvolvida por John Bowlby, sugere que esse vínculo seguro é crucial para o desenvolvimento emocional saudável da criança.

- Reconhecimento de emoções: Entre 1 e 2 anos, a criança começa a perceber e expressar emoções com mais clareza. Ela pode mostrar alegria, tristeza, frustração e raiva de maneira mais explícita. A capacidade de reconhecer e nomear emoções é uma habilidade que vai sendo refinada conforme a criança cresce.

- Interação social: A partir dos 2 anos, a criança começa a interagir de maneira mais ativa com outras crianças e adultos, aprendendo sobre cooperação, empatia e partilha. No entanto, nessa fase, ainda é comum que as interações sejam centradas no egocentrismo (a dificuldade em compartilhar ou entender a perspectiva do outro), algo que vai sendo superado com a idade.

Esses aspectos do desenvolvimento socioemocional são fundamentais para a construção da autoestima, da autonomia e das habilidades sociais da criança.

A importância do brincar e do ambiente na aprendizagem

O brincar desempenha um papel central no desenvolvimento e na aprendizagem da criança entre 0 e 3 anos. Através do brincar, a criança explora o mundo, exercita sua imaginação, desenvolve habilidades motoras e cognitivas e aprende a interagir socialmente.

- Brincadeiras sensoriais: Nos primeiros meses, os bebês se beneficiam de brincadeiras que envolvem estímulos sensoriais, como brinquedos de diferentes texturas, sons e cores. Essas atividades ajudam a desenvolver os sentidos e a coordenação motora.

- Brincadeiras simbólicas: A partir de 1 ano, as crianças começam a engajar-se em brincadeiras simbólicas, como fingir que estão falando ao telefone ou cuidando de uma boneca. Essas atividades são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social, pois permitem que a criança explore papéis e situações do mundo real.

- Ambiente estimulante: Um ambiente seguro e rico em estímulos, com acesso a livros, brinquedos educativos e interações frequentes com os adultos, favorece o aprendizado e o desenvolvimento da criança. As interações com os cuidadores e a exposição a uma linguagem rica, por exemplo, são fatores essenciais para o desenvolvimento da fala e do raciocínio.

Assim, o brincar e um ambiente adequado oferecem as condições ideais para que a criança desenvolva plenamente suas capacidades nos primeiros anos de vida.

Conclusão

Os primeiros três anos de vida são um período crucial para o desenvolvimento global da criança, englobando o crescimento físico, cognitivo, socioemocional e linguístico. Durante essa fase, a criança está em constante evolução, adquirindo habilidades que formam a base para todo o seu aprendizado futuro. O desenvolvimento motor possibilita a exploração do mundo ao seu redor, enquanto a linguagem e as capacidades cognitivas avançam de forma surpreendente, permitindo uma interação mais significativa com o ambiente.

Nesse contexto, o papel dos pais, cuidadores e educadores é fundamental para fornecer um ambiente seguro, estimulante e acolhedor, que favoreça o brincar, a aprendizagem e o desenvolvimento emocional. Investir em cuidados e estímulos adequados nessa fase é essencial para promover um desenvolvimento saudável e equilibrado, preparando a criança para os desafios futuros da vida escolar e social.

A LINGUAGEM SIMBÓLICA

Introdução

A linguagem simbólica é um dos marcos mais importantes do desenvolvimento cognitivo humano, pois permite a criação e o uso de símbolos para representar objetos, conceitos, emoções e ideias. Desde os primeiros anos de vida, a criança começa a utilizar a linguagem simbólica como meio de expressão, o que é essencial para a comunicação, o aprendizado e a compreensão do mundo de maneira mais abstrata.

A linguagem simbólica se manifesta em diversas formas, como a fala, a escrita, o desenho, os gestos, os números e as representações gráficas. Ela vai além da capacidade de nomear

objetos, possibilitando ao indivíduo representar realidades não presentes e pensar de forma mais complexa. Este texto examina o conceito de linguagem simbólica, seu desenvolvimento na infância, sua importância para o pensamento abstrato e seu papel em diferentes áreas do conhecimento.

O conceito de linguagem simbólica

A linguagem simbólica refere-se à capacidade de usar símbolos – que podem ser palavras, imagens, números ou gestos – para representar conceitos e objetos que não estão fisicamente presentes. Um símbolo é qualquer representação que remete a algo além de si mesmo. Por exemplo, a palavra “gato” não é o próprio animal, mas um símbolo que o representa. Da mesma forma, um desenho de uma casa ou um número em uma equação são formas simbólicas de representar a realidade.

Os símbolos permitem a comunicação abstrata, pois possibilitam ao ser humano pensar e compartilhar ideias, sentimentos e informações que vão além do que é imediatamente visível ou tangível. A linguagem simbólica, portanto, é fundamental para a expressão do pensamento e para a construção do conhecimento.

Essa capacidade de abstração e simbolização distingue os seres humanos de outras espécies e é um dos principais fatores que contribuem para a complexidade da cultura e da ciência humanas.

O desenvolvimento da linguagem simbólica na infância

O desenvolvimento da linguagem simbólica começa nos primeiros anos de vida e está diretamente ligado ao processo de maturação cognitiva da criança. De acordo com o psicólogo suíço Jean Piaget, a fase de pensamento simbólico emerge durante o estágio pré-operatório (entre 2 e 7 anos de idade), quando a criança começa a utilizar símbolos para representar objetos e eventos.

- Primeiras formas de simbolização: No início da infância, a criança utiliza a linguagem simbólica de maneira simples, por meio de brincadeiras simbólicas, como fingir que um bloco de madeira é um carro ou que uma boneca está falando. Esse tipo de brincadeira é um indicativo de que a criança está começando a desenvolver a capacidade de representar o mundo de forma simbólica.

- Desenvolvimento da linguagem oral: A linguagem falada é uma das formas mais poderosas de simbolização. Entre os 2 e 3 anos de idade, a criança começa a usar palavras para representar objetos, ações e sentimentos, consolidando sua capacidade de pensar simbolicamente. O aumento do vocabulário e da complexidade das frases permite que a criança expresse ideias e conceitos cada vez mais abstratos.

- Desenhos e representações gráficas: Além da fala, os desenhos são outra forma de expressão simbólica. Crianças pequenas começam a desenhar figuras que representam pessoas, animais e objetos. Embora esses desenhos possam ser simples no início, eles refletem a capacidade da criança de usar símbolos visuais para representar o mundo ao seu redor.

Essas primeiras formas de simbolização são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento abstrato e criativo, preparando o terreno para aprendizagens mais complexas, como a escrita e a matemática.

A importância da linguagem simbólica no pensamento abstrato e na aprendizagem

A linguagem simbólica é crucial para o desenvolvimento do pensamento abstrato, que é a capacidade de lidar com conceitos que não estão diretamente relacionados ao que é concreto ou tangível. O uso de símbolos permite à criança e ao adulto pensar sobre ideias, resolver problemas de maneira mais complexa e generalizar aprendizados para diferentes contextos.

- Resolução de problemas: Ao utilizar símbolos, como palavras e números, o ser humano pode formular problemas mentalmente, testar soluções e prever resultados sem precisar experimentar fisicamente todas as possibilidades. Isso é essencial para o desenvolvimento do raciocínio lógico e para a tomada de decisões.

- Pensamento criativo: A capacidade de simbolizar também está diretamente ligada ao pensamento criativo. Através da linguagem simbólica, as pessoas conseguem imaginar cenários fictícios, criar novas histórias, propor soluções inovadoras e desenvolver novas formas de arte e ciência.

- Facilitação da aprendizagem: Na educação, a linguagem simbólica desempenha um papel central. As crianças aprendem a ler e escrever, habilidades que dependem do uso de símbolos gráficos para representar sons e palavras. A matemática, por sua vez, utiliza números e operações simbólicas que permitem a compreensão de conceitos abstratos como quantidade, espaço e tempo.

Portanto, a linguagem simbólica não só facilita a aprendizagem de conteúdos escolares, mas também é essencial para o desenvolvimento intelectual em várias áreas.

A linguagem simbólica nas artes, matemática e outras áreas do conhecimento

A linguagem simbólica está presente em diversas áreas do conhecimento, possibilitando a expressão de ideias e conceitos complexos que seriam difíceis de representar de outra maneira. Em algumas áreas, como nas artes e na matemática, o uso de símbolos é particularmente importante.

- Nas artes: A linguagem simbólica é central na arte, pois permite que artistas expressem sentimentos, emoções e ideias de maneira abstrata. Nas artes visuais, cores, formas e figuras são utilizadas simbolicamente para representar conceitos e transmitir mensagens. Na literatura, a metáfora e a alegoria são formas simbólicas de narrar histórias e comunicar temas profundos.

- Na matemática: A matemática é uma das formas mais refinadas de linguagem simbólica. Números e símbolos matemáticos, como “+”, “-”, “=” e “ π ”, são abstrações que permitem a resolução de problemas e a descrição de fenômenos complexos, como a geometria do espaço e as relações algébricas.

- Na ciência: A ciência também depende da linguagem simbólica para descrever leis e teorias. Fórmulas químicas, gráficos e diagramas são ferramentas simbólicas que ajudam os cientistas a representar fenômenos e realizar previsões.

Em cada uma dessas áreas, a linguagem simbólica oferece meios de expressar ideias de forma condensada, clara e eficiente, sendo uma peça-chave para o avanço do conhecimento.

Conclusão

A linguagem simbólica é uma habilidade essencial que permite ao ser humano ir além da realidade concreta e lidar com o pensamento abstrato. Desde os primeiros anos de vida, as crian-

ças começam a desenvolver essa capacidade, utilizando símbolos para se comunicar, representar o mundo e resolver problemas. Esse desenvolvimento da linguagem simbólica é fundamental para o aprendizado de habilidades complexas, como a leitura, a escrita e o raciocínio matemático.

Além de facilitar a aprendizagem, a linguagem simbólica tem um papel central em várias áreas do conhecimento, como as artes, a matemática e a ciência, onde os símbolos são usados para expressar e explorar ideias abstratas. Compreender e estimular o desenvolvimento da linguagem simbólica é crucial para promover o pensamento crítico e criativo, permitindo que indivíduos se apropriem do conhecimento de forma mais profunda e significativa.

O JOGO, O BRINQUEDO E A BRINCADEIRA

Introdução

O jogo, o brinquedo e a brincadeira são componentes fundamentais da infância, influenciando diretamente o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor das crianças. Essas atividades estão profundamente ligadas à maneira como as crianças aprendem e se relacionam com o mundo. Elas permitem que as crianças explorem sua imaginação, experimentem diferentes papéis sociais e pratiquem habilidades essenciais para seu crescimento.

Embora os termos “jogo”, “brinquedo” e “brincadeira” sejam usados frequentemente de forma intercambiável, cada um tem uma definição distinta e desempenha um papel específico no processo de desenvolvimento infantil. Este texto explora essas diferenças, destaca a importância de cada um desses elementos no desenvolvimento da criança e discute como eles contribuem para o aprendizado e a socialização.

O conceito de jogo, brinquedo e brincadeira

Para entender melhor o papel do jogo, do brinquedo e da brincadeira na educação e no desenvolvimento infantil, é importante compreender as distinções conceituais entre eles:

- Jogo: O jogo é uma atividade estruturada, muitas vezes com regras claras e objetivos definidos. Ele pode ser competitivo ou cooperativo, individual ou em grupo. Exemplos de jogos incluem jogos de tabuleiro, esportes ou jogos educativos. Os jogos ensinam a criança a seguir regras, a trabalhar em equipe e a lidar com desafios de forma estratégica.

- Brinquedo: O brinquedo é um objeto que as crianças usam para brincar. Brinquedos podem ser desde bonecas e carrinhos até blocos de montar e fantoches. Diferente do jogo, o brinquedo em si não define regras nem metas; ele é uma ferramenta que a criança pode usar livremente para desenvolver sua criatividade, imaginação e habilidades motoras.

- Brincadeira: A brincadeira é a atividade espontânea e livre que a criança realiza, seja com brinquedos ou não. Ela pode incluir tanto jogos com regras quanto atividades sem estrutura definida, como correr, fingir ser um super-herói ou imitar adultos. A brincadeira é um espaço de liberdade criativa, onde a criança explora o mundo ao seu redor de forma lúdica e intuitiva.

Esses três elementos, embora distintos, interagem de maneira complementar, oferecendo à criança diferentes oportunidades de desenvolvimento.

A importância do jogo no desenvolvimento infantil

Os jogos têm um papel fundamental no desenvolvimento infantil, promovendo habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Como uma atividade estruturada, o jogo oferece desafios que ajudam a criança a desenvolver o raciocínio lógico, a concentração e a capacidade de seguir regras.

- Desenvolvimento cognitivo: Jogos de tabuleiro, quebra-cabeças e jogos de estratégia, por exemplo, estimulam o pensamento crítico, a resolução de problemas e a tomada de decisões. Jogos educativos específicos, como aqueles que envolvem letras e números, também ajudam na alfabetização e no desenvolvimento das habilidades matemáticas.

- Aprendizagem de regras e disciplina: Ao participar de jogos, a criança aprende a seguir instruções e a lidar com a frustração de perder ou com a satisfação de ganhar. Isso contribui para o desenvolvimento da disciplina, da paciência e da resiliência.

- Desenvolvimento social: Nos jogos coletivos, como esportes ou jogos de grupo, a criança aprende a cooperar, a compartilhar e a trabalhar em equipe. Essas experiências são essenciais para o desenvolvimento das habilidades sociais e para a compreensão de conceitos como empatia e justiça.

Os jogos, portanto, oferecem um ambiente controlado onde a criança pode praticar habilidades que serão úteis ao longo da vida, em um contexto lúdico e envolvente.

Brinquedo: ferramenta de aprendizado e interação

O brinquedo é uma ferramenta essencial no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Ele oferece à criança a oportunidade de explorar o mundo de forma tangível, manipulando objetos que a ajudam a desenvolver habilidades motoras, cognitivas e sociais.

- Desenvolvimento motor: Brinquedos como blocos de montar, brinquedos de encaixe e bolas ajudam a criança a desenvolver a coordenação motora fina e grossa. Essas atividades são essenciais para o fortalecimento dos músculos e para o controle dos movimentos, preparando a criança para habilidades futuras, como a escrita.

- Criatividade e imaginação: Brinquedos que permitem a criação de cenários imaginários, como bonecas, carros ou fantoches, incentivam a criatividade da criança. Ao usar o brinquedo, a criança pode criar narrativas próprias, explorar papéis sociais e experimentar diferentes situações.

- Interação social: Brincar com brinquedos junto a outras crianças também promove o desenvolvimento de habilidades sociais. O ato de compartilhar, negociar o uso de um brinquedo e criar histórias em conjunto ensina a criança a interagir de maneira positiva com os outros.

Os brinquedos, ao oferecerem estímulos variados, são ferramentas que facilitam a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança.

A brincadeira como espaço de desenvolvimento social e emocional

A brincadeira é uma das atividades mais naturais e essenciais da infância, sendo um espaço privilegiado para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo. É através da brincadeira que a criança se expressa, resolve conflitos internos e testa suas capacidades.

- Expressão emocional: Na brincadeira, a criança tem a oportunidade de expressar suas emoções, sejam elas positivas ou negativas. Ao fingir ser um super-herói, um médico ou um professor, a criança explora diferentes papéis e processa sentimentos, como medo, alegria e frustração, em um ambiente seguro.

- Desenvolvimento social: Através da brincadeira coletiva, a criança aprende a negociar, colaborar e entender o ponto de vista dos outros. Brincar em grupo permite que as crianças desenvolvam habilidades sociais, como compartilhar, esperar a vez e resolver conflitos de maneira saudável.

- Desenvolvimento da autonomia: Brincadeiras livres, sem a intervenção direta de adultos, permitem que a criança tome decisões e desenvolva sua autonomia. Ao criar suas próprias regras e histórias, a criança aprende a confiar em suas próprias capacidades e a lidar com a independência.

A brincadeira é, portanto, um espaço de liberdade onde a criança pode desenvolver habilidades emocionais e sociais fundamentais para seu bem-estar e futuro sucesso.

Conclusão

O jogo, o brinquedo e a brincadeira são aspectos centrais da vida infantil e desempenham papéis essenciais no desenvolvimento integral da criança. Enquanto os jogos ensinam regras, estratégias e cooperação, os brinquedos oferecem meios para que a criança explore sua criatividade e habilidades motoras. Já a brincadeira, por sua vez, é o campo onde tudo se une, proporcionando um espaço livre e natural para a expressão emocional e social da criança.

Essas atividades lúdicas não são apenas momentos de diversão, mas ferramentas poderosas para o aprendizado, a socialização e o desenvolvimento das competências necessárias para a vida adulta. Compreender a importância do jogo, do brinquedo e da brincadeira e garantir que a criança tenha acesso a esses elementos é essencial para seu crescimento saudável e equilibrado.

OS TRÊS TIPOS DE CONHECIMENTO: FÍSICO, SOCIAL E LÓGICO-MATEMÁTICO

Introdução

No campo da educação e do desenvolvimento infantil, é amplamente reconhecido que o aprendizado se dá de maneiras diversas e através de diferentes formas de conhecimento. O psicólogo suíço Jean Piaget, em seus estudos sobre a construção do conhecimento, propôs a existência de três tipos principais de conhecimento: físico, social e lógico-matemático. Esses três tipos de conhecimento são fundamentais para a compreensão de como as crianças interagem com o mundo e constroem suas noções de realidade, desde as primeiras experiências sensoriais até as habilidades mais complexas de raciocínio abstrato.

Cada um desses tipos de conhecimento tem características específicas e envolve processos cognitivos distintos, mas todos estão inter-relacionados e se desenvolvem simultaneamente à medida que a criança explora e aprende sobre o mundo ao seu redor. Este texto explora cada um desses tipos de conhecimento, suas implicações no desenvolvimento infantil e como eles se interconectam para formar uma base sólida de aprendizado.